



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010825-95.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal**
Requerente: **ORGANIZACAO SOCIAL DE LUTO FERNANDES LTDA - ME**
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado junto à ré plano de telefonia em relação a duas linhas que especificou.

Alegou ainda que em razão de melhor oferta, decidiu fazer a portabilidade das linhas para outra operadora.

Não obstante o novo contrato que realizou com outra operadora, bem como a informação de que o contrato anterior havia sido cancelado, continuou a receber cobranças.

Almeja à declaração da rescisão do contrato referente as duas linhas e a inexigibilidade dos débitos cobrados.

A ré em contestação esclareceu que as cobranças contestada pela autora são decorrentes de uma terceira linha que não foi objeto da portabilidade e ainda se encontra ativa, pois também não foi objeto de pedido de

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

cancelamento.

Como se vê, a explicação da ré é pertinente porque a própria autora deixou claro posteriormente que é proprietária da referida linha, mas que em razão de troca de equipamentos (computador e celular) não possui mais os protocolos que foram gerados em razão do cancelamento dessa linha.

Reputo porém, que o aprofundamento da questão sobre o cancelamento ou não da terceira linha não poderia constituir o objeto da causa, pois o relato exordial não a abordou e sim trouxe à colação matéria distinta.

Assim posta a controvérsia nos autos, reputo que a pretensão deduzida não merece acolhimento.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 24 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**